

UMA CILADA CHAMADA “RACIOCÍNIO TEÓRICO SISTEMÁTICO”

<http://dx.doi.org/10.25091/S0101-3300201700020008>

RENAN SPRINGER DE FREITAS*

RESUMO

Em 1966 Peter Berger e Thomas Luckmann se propuseram a produzir um “corpo único de raciocínio teórico sistemático”. Passados cinquenta anos esse projeto malogrou claramente. Não só este, mas todos os da mesma natureza. Este artigo discute as razões desse malogro. O argumento básico é o de que só se justifica o empenho em produzir um “corpo único” dessa natureza quando há algum problema bastante específico demandando esse tipo de solução. Não satisfeita essa condição, o engajamento nesse tipo de projeto não conduz ao que se busca, uma “síntese teórica”, mas à proliferação de “principados teóricos”, como disse uma vez Robert Merton, que mal tomam conhecimento da existência uns dos outros.

PALAVRAS-CHAVE: *síntese teórica; sociologia do conhecimento; cilada epistemológica.*

A pitfall named “systematic theoretical reasoning”

ABSTRACT

In 1966 Peter Berger and Thomas Luckmann proposed to produce a “single body of systematic theoretical reasoning.” Now, fifty years later, it is clear that this project has failed. Not only this, but all those of the same nature. This article discusses the reasons for this failure. The basic argument is that the effort to produce such a “single body” is only justified when there is a rather specific problem requiring this kind of solution. When this condition is not previously satisfied, the engagement in this kind of project does not lead to a theoretical synthesis, as it is meant to do, but to a proliferation of “theoretical principalities”, as once said Robert Merton, which barely notice each other.

KEYWORDS: *theoretical synthesis; sociology of knowledge; epistemological pitfall.*

[*] Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. renanweil@gmail.com

[1] As passagens desse livro que serão reproduzidas ao longo do presente trabalho são todas extraídas da 24ª edição (Berger; Luckmann, 2004). Para o texto em epígrafe julguei conveniente reproduzir o texto original (Berger; Luckmann, 1966, p. 29).

Our purpose, indeed, is to engage in “systematic theoretical reasoning”.

Peter Berger e Thomas Luckmann

Há pouco mais de cinquenta anos foi publicado, pela primeira vez, *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, de Peter Berger e Thomas Luckmann.¹ Passado esse tempo, o momento parece propício para perguntarmos que legado importante pode ser creditado a esse livro e se há ainda algum interesse em sua leitura. Por “legado importante” entendo três coisas distintas: 1) que concepção até então bem aceita esse livro colocou proveitosamente em xeque?; 2) que concepção alternativa ele proveitosamente intro-

duziu ou desenvolveu?; e, 3) dentre as concepções alternativas que ele tenha porventura introduzido ou desenvolvido, qual ou quais abriram algum campo de investigação empírica? Por “interesse em sua leitura” eu entendo uma coisa só: o livro ainda inspira alguma discussão proveitosa? Parto do pressuposto de que qualquer livro pode trazer uma contribuição importante sem que, por causa disso, o interesse por ele tenha necessariamente que se renovar com o passar dos anos. Por essa razão, mantenho as duas perguntas separadamente.

Antes de tentar respondê-las, e para dar ao leitor uma ideia melhor a respeito de o que estou perguntando, vou me arriscar a oferecer uma rápida resposta para essas mesmas perguntas caso o livro em discussão fosse outro; fosse, digamos, *A estrutura das revoluções científicas*, de Thomas Kuhn, publicado pela primeira vez em 1962. Nada há de obrigatório nessa escolha. Eu poderia ter escolhido outros livros mais ou menos contemporâneos de *A construção social da realidade*, como, por exemplo, o *Studies in Ethnomethodology*, de Harold Garfinkel, publicado em 1967, ou *A representação do eu na vida cotidiana*, de Erving Goffman, publicado um pouco antes, em 1959. Feita a ressalva, permito-me “submeter” *A estrutura das revoluções científicas* ao “teste” aqui proposto.

Primeira pergunta, item 1: que concepção bem aceita esse livro colocou em xeque de forma proveitosa? Resposta: a concepção segundo a qual o conhecimento científico avança por meio da avaliação racional dos méritos intrínsecos das teorias em competição. Item 2: que concepção alternativa importante esse livro, se não introduziu, pelo menos desenvolveu como ninguém o havia feito até então? Resposta: a de que o empreendimento científico depende mais da socialização em paradigmas específicos e da disposição para o trabalho árduo, miúdo e insosso, sem maiores reflexões, do dia a dia dos laboratórios, ao qual Kuhn chamou de “ciência normal”, do que do “espírito crítico”, que só se manifesta em situações excepcionais. Item 3: que agenda de pesquisa se abriu a partir desse livro? Resposta: todo um campo de investigação a respeito do modo como decisões são tomadas na comunidade científica, de como controvérsias científicas são dirimidas e de como o apego dogmático a certas concepções revela-se, em certos momentos, de fundamental importância para o desenvolvimento da ciência. Segunda pergunta. Esse livro pode ainda inspirar alguma discussão proveitosa? Resposta: sim, ele pode, por exemplo, dar um novo fôlego à já tão desgastada discussão a respeito da natureza das ciências sociais. Ao introduzir as noções de “paradigma” e de “ciência normal”, esse livro dirige nossa atenção para o fato de que certas áreas do conhecimento sociológico são mais bem-sucedidas que outras em estabelecer um vocabulário próprio e em definir, por esse meio, um conjunto particular de questões e de métodos que lhes sejam próprios. O fato, em si mesmo, de

chamar a atenção para a existência dessa diferença impõe a tarefa de explicá-la, elevando, dessa forma, a discussão a respeito da natureza das ciências sociais a um novo patamar.

Esclarecida a natureza do “teste” a que pretendo submeter o livro objeto da homenagem, passo, então, ao “teste” propriamente. Parece-me mais fácil oferecer uma resposta para a segunda pergunta (que interesse há ainda na leitura desse livro?) do que para a primeira (que legado importante pode ser creditado a ele?) e, por essa razão, inicio pela segunda. Penso que o principal, senão o único, interesse atual na leitura de *A construção social da realidade* reside na discussão a respeito da própria viabilidade daquilo que os autores se propuseram a fazer. Conforme insinuo na epígrafe, eles se propuseram a produzir um “corpo único de raciocínio teórico sistemático”.² Trata-se, então, de discutir a viabilidade de uma proposta de tal natureza.

[2] Berger; Luckmann, 2004, p. 33.

No presente trabalho quero defender a tese de que um “corpo único de raciocínio teórico sistemático” só é viável na medida em que surge em resposta a algum enigma específico. Pense-se, por exemplo, em Noam Chomsky. Tanto quanto Berger e Luckmann, Chomsky se propôs a produzir, e de fato produziu, um “corpo único de raciocínio teórico sistemático”, a “gramática gerativa”, como sabemos. A partir do que se construiu a gramática gerativa? De um enigma bem claro, que pode ser expresso na seguinte pergunta: como as crianças aprendem a gerar um número potencialmente infinito de sentenças a partir do número relativamente pequeno de frases que já ouviram? Pense-se, agora, em Freud, e em sua paciente que sentia dormência no braço e aversão à água sem apresentar, entretanto, qualquer alteração nos exames clínicos. Que diabos essa moça tinha? Estava tudo certo com seus sistemas neurológico e circulatório! Por que, então, a dormência no braço? E por que a aversão à água, se nada sugeria que ela pudesse estar com hidrofobia? Foi para enfrentar desafios dessa natureza que Freud se empenhou em formular seu “corpo único de raciocínio teórico sistemático”, a psicanálise, como sabemos. Pense-se, agora, em John Maynard Smith. Este não é conhecido entre os sociólogos porque é um biólogo, mas escreveu um livro exemplar—*Shaping Life: Genes, Embryos and Evolution*—para quem quer que pretenda saber como se constrói um “corpo único de raciocínio teórico sistemático”. Maynard Smith nos conta a história de como um “corpo” de tal natureza foi gradativamente construído na biologia. Essa construção se ergueu sobre muitas coisas, dentre as quais se destaca, como não poderia deixar de ser, um enigma muito específico. Os ratos, como todos mamíferos, têm um olho similar a uma câmera fotográfica. A drosófila, aquela mosquinha que voa em torno de bananas apodrecidas, tem um olho dito “composto”. Pois extraíram do embrião de um rato o gene responsável pela produção de seu olho e enxertaram esse gene no embrião da mosquinha.

Ela nasceu com um olho extra, um terceiro olho, mas composto, um olho de mosca! Como um gene para um olho em formato de câmara fotográfica pode produzir um olho composto? Um corpo unificado de “raciocínio teórico sistemático” se estabeleceu para tentar decifrar um enigma dessa natureza.

Na ausência de um enigma que desafie concepções muito bem estabelecidas e cuja solução requeira a formulação de todo um quadro conceitual alternativo não há razão para a busca de sistemas teóricos unificados. Na verdade, candidatos a “sistema teórico” é o que não falta no pensamento sociológico. Desde o esforço pioneiro de síntese de Talcott Parsons, há cerca de setenta anos, muitos já surgiram, mas nenhum vingou; nenhum conseguiu alcançar uma dimensão paradigmática—todos ficaram confinados a gerações específicas e a círculos restritos de admiradores, exatamente, acredito eu, por jamais enfrentarem algum desafio de natureza empírica. Paradoxalmente, o livro que ora homenageio parece-me apenas mais um desses malogrados candidatos—recorrendo a uma feliz metáfora de Robert Merton, eu diria que ele se limita a “fundar” mais um “principado” governado por um “sistema teórico próprio”.³ Digo “paradoxalmente” porque, embora um dos principais objetivos de Berger e Luckmann ao mobilizar contribuições como a fenomenologia de Alfred Schutz e a psicologia social de Herbert Mead tenha sido justamente colocar em xeque o “estrutural-funcionalismo” de Parsons, eles não tinham qualquer reserva à pretensão parsoniana de formular um arcabouço teórico-conceitual mais abrangente capaz de unificar as mais diferentes e díspares contribuições até então existentes. Eles são explícitos quanto a isso ao afirmarem que embora tenham “sérias dúvidas” sobre a validade da teoria de Parsons, eles “participam plenamente” de sua “intenção integradora”.⁴ Após citarem uma longa passagem da obra de Parsons na qual este afirma textualmente que seu verdadeiro interesse é estabelecer “um corpo único de raciocínio teórico sistemático”, eles iniciam o novo parágrafo com a afirmação que aqui tomei como epígrafe e que, na edição em português, foi traduzida assim: “nossa finalidade, de fato, consiste em nos empenharmos em um raciocínio teórico sistemático”.⁵

Durante vinte anos, ou mesmo mais que isso, esse livro deve ter estado na lista dos mais citados, mas com o passar dos anos esse entusiasmo foi, justificadamente a meu ver, gradativamente se apagando. Diferentemente do que ocorreu com os livros de autores como Erving Goffman, Howard Becker ou Michel Foucault, o interesse por *A construção social da realidade* ficou cada vez mais restrito a um círculo de admiradores, e penso que a razão para isso está exatamente na pretensão de criar um sistema teórico unificado que não fosse em resposta a um desafio de natureza empírica nos moldes dos que mencionei acima.

[3] Merton, 1969, p. 63.

[4] Berger; Luckmann, 2004, pp. 32-33.

[5] Berger; Luckmann, 2004, p. 33.

Goffman e Becker, é verdade, não se debruçaram sobre “enigma” específico algum, mas tampouco pretenderam construir algum “raciocínio teórico sistemático”. Foucault pretendeu fazê-lo, mas sempre a partir de algum enigma, ou pelo menos algo apresentado como um enigma demandando solução.

A obsessão em produzir um corpo teórico unificado sem ser em resposta a um desafio de natureza empírica tornou *A construção social da realidade* um livro sobretudo programático. É digno de nota a quantidade de vezes em que os autores recomendam tarefas a serem realizadas por um sociólogo do conhecimento que se pretenda digno do título. Vou me permitir reproduzir a recomendação que me parece a mais importante:

Nosso ponto de vista, por conseguinte, é que a sociologia do conhecimento deve ocupar-se por tudo aquilo que passa por “conhecimento” em uma sociedade, independentemente da validade ou invalidade última (por quaisquer critérios) desse “conhecimento”. E na medida em que todo “conhecimento” humano se desenvolve, se transmite e se mantém em situações sociais, a sociologia do conhecimento deve procurar compreender o processo pelo qual isto se realiza, de tal maneira que uma “realidade” admitida como certa solidifica-se para o homem da rua. Em outras palavras, defendemos o ponto de vista que a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade.⁶

[6] Berger; Luckmann, 2004, p. 14, grifos dos autores.

Vejam: “a sociologia do conhecimento *deve* ocupar-se por tudo aquilo”, “a sociologia do conhecimento *deve* procurar”. Ora, por que os próprios autores não “se ocuparam” e não “procuraram” em vez de exortar os outros a fazê-lo? Nem Freud nem Becker nem Goffman nem Garfinkel nem Foucault, a bem da verdade, ninguém costuma pautar agenda de investigação empírica para terceiros. Todos os autores que acabo de citar “procuravam” e “se ocupavam”, eles próprios, daquilo que consideravam relevante “procurar” e “se ocupar”. Na passagem acima Berger e Luckmann nos convidam a “analisar” a “construção social da realidade”. Eu pergunto: por que eles próprios não o fizeram, através de um estudo de caso, para, assim, nos dar uma ideia mais específica do tipo de “análise” que estavam nos exortando a fazer? O antropólogo Clifford Geertz, por exemplo, quando recomendou sua “antropologia interpretativa”, ilustrou o que estava recomendando com seu célebre estudo sobre a briga de galos em Bali. Sem esse exercício, receio que ficaria muito difícil entender o que Geertz estava de fato recomendando.

Na verdade, há uma boa razão para Berger e Luckmann terem se limitado a recomendar em vez de realizar. Oportunamente direi que razão é essa. Explicarei por que eles próprios não estudaram, mas

apenas recomendaram que se estudasse o processo por meio do qual alguma “realidade”, sempre entre aspas, passa a ser “admitida como certa” pelo “homem da rua”. Antes, entretanto, devo dizer que, dependendo de o que se entenda por “realidade admitida como certa” e por “homem da rua”, há quase cinquenta anos que se investiga, independentemente das recomendações de Berger e Luckmann, o modo como o “homem da rua” vem a “admitir como certa” alguma “realidade”. O livro *The Social Organization of Juvenile Justice*, de Aaron Cicourel, publicado em 1968, por exemplo, se move exatamente nessa direção ao discutir o modo como o “homem da rua”, no caso, o policial, vem a “admitir como certo” o fato de que há comportamentos que podem ser legitimamente chamados de “delinquentes”. Eu próprio, arrisco-me a dizer, movi-me nessa direção em minha tese de doutorado, defendida em 1989, ao discutir o modo como “solidifica-se” (para falar com Berger e Luckmann), para os membros de um tribunal, a certeza de que as decisões judiciais são regidas por regras. Com efeito, o juiz, no ato de redigir uma sentença, “constrói”, através de uma série de procedimentos passíveis de serem descritos, “o fato” de que sua decisão foi regida por regras. Aventurei-me a descrever alguns desses procedimentos. Um exercício dessa natureza, eu pergunto, seria uma “análise da construção social da realidade”, tal como recomendada por Berger e Luckmann? Suspeito que não! Para Berger e Luckmann, se bem os entendo, um exercício dessa natureza não tem relevância em si. Reconstruir um processo “social” por meio do qual uma “realidade” vem a ser “admitida como certa” só tem relevância, para eles, na medida em que constitui um meio para um outro fim. Esse “outro fim” é descrito com clareza na última frase da seguinte passagem:

Consideramos infeliz que essa particular constelação [os autores se referem, aqui, a dois conjuntos de questões descritos por eles anteriormente] tenha dominado até agora a sociologia do conhecimento. Nosso ponto de vista é que, como resultado, a plena significação teórica da sociologia do conhecimento ficou obscurecida.⁷

[7] Berger; Luckmann, 2004, p. 27, grifo meu.

Passados cinquenta anos gostaria de saber se alguém sabe qual é a “plena significação teórica da sociologia do conhecimento”. Eu, sinceramente, não sei. Berger e Luckmann não estavam satisfeitos com os caminhos até então tomados pela sociologia do conhecimento. Propuseram, então, um caminho alternativo, o da “análise da construção social da realidade”. Acreditavam eles que seguir esse caminho conduziria à compreensão da “plena significação teórica da sociologia do conhecimento”. Nessa perspectiva, uma “análise da construção social da realidade”, o que quer que se entenda por isso, que não conduzisse a esse fim, ou que pelo menos não estivesse referida a esse fim, não teria interesse. Talvez

nem mesmo pudesse ser chamada de “análise da construção social da realidade”. Receio que tenha sido por isso que Berger e Luckmann, em vez de “se ocuparem” diretamente com “tudo aquilo que passa por conhecimento”, como eles próprios disseram, exortaram os outros a fazê-lo, enquanto eles próprios se dedicavam à tarefa mais nobre de estabelecer os “fundamentos teóricos” supostamente necessários para a realização de tal tarefa. Ao suporem que existe, nesse caso específico, uma área de investigação requerendo uma “fundamentação teórica” e, em decorrência, ao fazerem dessa “fundamentação” o objetivo supremo de sua obra, Berger e Luckmann, ousou afirmar, pavimentaram o caminho para a segmentação do interesse por ela. Não se pode, evidentemente, desconhecer que suas reflexões sobre, por exemplo, as “origens da institucionalização” e dos “universos simbólicos” fizeram parte da formação de gerações sucessivas de sociólogos. E talvez ainda haja quem se interesse por essas reflexões—admitamos que por boas razões. Mas, passados cinquenta anos, quem poderia apontar algum legado dessa contribuição no que se refere ao estabelecimento de alguma agenda específica de investigação empírica? Quem poderia apontar alguma linha de investigação que tenha se aberto sob a inspiração dos conceitos trazidos por Berger e Luckmann em *A construção social da realidade*?

A segmentação do interesse por esse livro se torna particularmente visível quando comparamos o que aconteceu a ele com o que aconteceu a obras de impacto que lhe foram mais ou menos contemporâneas, como os já citados *Studies in Ethnomethodology* e *A representação do eu na vida cotidiana*. Nem Garfinkel nem Goffman, para não mencionar Howard Becker, buscaram algum “raciocínio teórico sistemático”. Muito menos exortaram quem quer que seja a fazer isso ou aquilo; eles próprios fizeram o que achavam que tinha que ser feito. Talvez por essa razão o interesse pela obra de todos eles tem sempre se renovado—além de não ficar circunscrito a um círculo de admiradores. Afinal, admirando ou não o trabalho de qualquer um deles, tendo ou não sido aluno de qualquer um deles, ou de algum discípulo deles, quem se recusaria a ver no estudo do “caso Agnes” ou nas ideias de “administração da impressão”, “seleção de fachada”, “carreira moral”, “cruzada moral”, “instituição total”, “comportamento desviante” e “outsiders” uma valiosa e sempre renovável fonte de inspiração para a pesquisa empírica? No que diz respeito ao estabelecimento de uma agenda de investigação empírica, que legado comparável ao referido estudo de caso de Garfinkel ou aos mencionados conceitos introduzidos por Goffman e Becker pode ser creditado a qualquer legado porventura trazido por *A construção social da realidade*?

A razão pela qual esse livro não é uma fonte de inspiração para a investigação empírica como são os demais citados transparece com clareza, na minha opinião, em algo que se lê na página 245:

*Há uma vasta área de problemas empíricos abertos para a sociologia do conhecimento. Não é aqui o lugar para oferecer um catálogo do que consideramos ser os mais interessantes desses problemas, e menos ainda para propor hipóteses específicas.*⁸

[8] Becker; Luckmann, 2004, p. 245.

Que pena! De minha parte, ficaria muito mais satisfeito se *A construção social da realidade* abordasse pelo menos um “problema empírico aberto para a sociologia do conhecimento” e se discutisse pelo menos “uma hipótese específica”. Os livros pelos quais o interesse se renova são, conforme já disse, os que fazem isso, e não os que proveem a “fundamentação teórica” supostamente imprescindível para que outros façam a investigação empírica. Seja como for, para o bem ou para o mal, Berger e Luckmann escolheram o caminho da “fundamentação teórica”, o qual demandou um esforço especial: o de purgar a pretensamente “teórica” sociologia do conhecimento de questões de ordem epistemológica. “Incluir as questões epistemológicas concernentes à validade do conhecimento sociológico na sociologia do conhecimento”, eles dizem, “é de certo modo o mesmo que procurar empurrar o ônibus em que estamos viajando”.⁹ Não estou bem certo de que a sociologia do conhecimento possa ser purgada de questões de ordem epistemológica. Vejamos. Os próprios autores afirmam, na primeira linha, que o livro “pretende ser um tratado teórico sistemático de sociologia do conhecimento”. Isso levanta imediatamente a questão (de ordem epistemológica) de que interesse há em produzir um “tratado teórico sistemático de sociologia do conhecimento”. “Tratados teóricos sistemáticos” sobre o que quer que seja, eu diria—já trazendo, com isso, um problema de ordem epistemológica—só têm interesse na medida em que ajudam a solucionar problemas específicos. Um tratado sobre a saúde de bebês, por exemplo, só tem interesse na medida em que nos ajuda a entender por que bebês têm icterícia ou cólicas abdominais desesperadoras nos primeiros três meses de vida. Ao exame de que problemas específicos o “tratado” de Becker e Luckmann se destina? A resposta já sabemos: “Não é aqui o lugar para oferecer um catálogo do que consideramos ser os mais interessantes desses problemas [...]”.

[9] Berger; Luckmann, 2004, p. 27.

Mas de tudo isso não resulta que *A construção social da realidade* não tenha deixado algum legado. Se eu tivesse que dizer qual foi em uma frase, eu diria que foi o próprio ato de cunhar a expressão “a construção social da realidade”. Talvez o simples fato de cunhar uma expressão possa ajudar a delimitar um campo específico de investigação. Há dez anos ninguém menos que Mark Granovetter publicou um artigo intitulado “A construção social da corrupção”.¹⁰ Recentemente a jovem Joana Ramalho Ortigão Corrêa publicou um trabalho, muito bom aliás, intitulado “A construção social do fandango como expressão cultural

[10] Granovetter, 2006.

[11] Corrêa, 2016.

popular e tema de estudos de folclore”.¹¹ Para fechar a lista, cito um dos mais influentes filósofos do século XX, John Searle, que publicou em 1995 um livro intitulado *The Construction of Social Reality*. Em todos esses casos, apesar de o título conter a expressão “a construção social”, ou “a construção da realidade social”, o débito para com as recomendações de Berger e Luckmann, ou para com os conceitos introduzidos por eles, é nenhum. O caso de Searle é particularmente digno de nota. Sua questão é: como uma dada “realidade” pode ser “socialmente construída”? Uma questão como essa parece impor uma interlocução com Berger e Luckmann. Mas não foi o que ocorreu. Em resenha feita em 1996 na *American Sociological Review*, Hubert Knoblauch leva ao nosso conhecimento que Searle aborda essa questão ignorando qualquer contribuição de sociólogos, o que inclui Berger e Luckmann.¹² Mas, o que dizer de Granovetter e Corrêa? Ambos podem muito bem ter se inspirado em Berger e Luckmann para conceber, cada qual à sua própria maneira, a ideia de “realidade” como uma “construção social”. Na verdade, nem é mais necessário ser “cientista social” para fazê-lo. Com o passar dos anos, a exemplo do que aconteceu com o termo “desconstrução”, a expressão “construção social” se difundiu a ponto de “ganhar as ruas”, se assim me for permitido expressar. Assim é que há alguns anos necessitei de tratamento fisioterápico e, durante uma sessão, entre uma dor e outra, fui surpreendido ao ouvir do fisioterapeuta que a “doença é uma realidade socialmente construída”. Não sei dizer se o fisioterapeuta alguma vez tomou conhecimento da existência de *A construção social da realidade*, mas, quer ele tenha tomado conhecimento ou não, o que ele quis dizer (assim pelo menos eu o interpreto) é que a ideia “admitida como certa”, pelo “homem da rua”, de que com o passar dos anos a saúde se fragiliza, é uma “construção social”. Nunca pensei que conceber a “realidade” como uma “construção social” pudesse soar tão alvissareiro! Como “homem da rua” sempre “admiti como certo” que na medida em que envelhecemos nossa coluna vertebral já não é mais a mesma, nem a nossa visão nem outras coisas que não é necessário explicar. Seja como for, Berger e Luckmann, se bem os entendo, exortariam o sociólogo do conhecimento a “analisar” o processo por meio do qual o “homem da rua” vem a “admitir como certo” que a saúde se fragiliza na medida em que as pessoas envelhecem. Mais do que isso, eles exortariam o sociólogo do conhecimento a “analisar” o processo por meio do qual o “homem da rua” vem a “admitir como certo” que os seres humanos envelhecem. Resultaria daí que podemos conceder ao livro homenageado o mérito de ter contribuído para que processos dessa natureza se convertessem em objeto em potencial de investigação sociológica?

[12] Knoblauch, 1996.

Minha resposta é: não sei. Em uma resenha feita em 1967, ano seguinte à publicação de *A construção social da realidade*, George Simpson

viu nesse livro um novo sopro de vida para a sociologia do conhecimento. Dali para frente, ele vaticinou, não seria mais possível atuar na área de sociologia do conhecimento desconhecendo sua contribuição.¹³ O correr dos anos encarregou-se, entretanto, de contrariar seu vaticínio. Não demorou uma década para que surgisse, em Edimburgo, uma extremamente bem sucedida vertente da sociologia do conhecimento, empenhada, à sua maneira, em investigar o processo de “construção social da realidade”, que mal tomou conhecimento da existência de *A construção social da realidade*. Essa vertente se autointitula “sociologia forte do conhecimento” e tem no livro *Knowledge and Social Imagery*, de David Bloor, publicado em 1976, a sua referência chave. Qual o débito de Bloor para com Berger e Luckmann? Receio que nenhum, como explico no próximo parágrafo. Antes, entretanto, devo mencionar que para Bloor até mesmo o processo por meio do qual não só o “homem da rua”, mas também o matemático profissional, vem a “admitir como certo” que, por exemplo, dois mais dois são quatro, até mesmo um processo dessa natureza deve ser convertido em objeto de investigação sociológica. Diferentemente de Berger e Luckmann, entretanto, Bloor não pensa que ao proceder a uma investigação dessa natureza estará ajudando a esclarecer a “plena significação teórica da sociologia do conhecimento” ou de o que quer que seja. Para ele, uma investigação dessa natureza se justifica como um fim em si mesmo, e não como um meio para um fim mais nobre cujos fundamentos “teóricos” caberia a ele próprio, David Bloor, fornecer.

[13] Simpson, 1967.

Isso dito, talvez eu possa agora tentar responder os três itens em que se subdivide a minha primeira pergunta (formulada no primeiro parágrafo deste trabalho), do mesmo modo como fiz em relação ao livro de Thomas Kuhn. Item 1: que concepção até então bem aceita esse livro colocou proveitosamente em xeque? Resposta: nenhuma. Na verdade, o livro não pretendeu colocar qualquer concepção em xeque, apenas pautar uma nova agenda de pesquisa para a sociologia do conhecimento, dado o seu descontentamento com a agenda até então existente. Esta última, recapitulemos, parecia aos autores insatisfatória porque mantinha, “obscurecido”, o “pleno significado teórico da sociologia do conhecimento”. Nesse ponto seria proveitoso estabelecer um contraste com a etnometodologia. Tanto quanto Berger e Luckmann, os etnometodólogos estão interessados em “analisar a construção social da realidade”. Mas eles não pensam que com isso possam estar ajudando a entender a “plena significação teórica” de o que quer que seja. O exercício de descrever os procedimentos por meio dos quais o “homem da rua” constrói “realidades” específicas nos cursos de suas atividades cotidianas, eles supõem, não ajuda a esclarecer o “significado teórico” da sociologia do conhecimento, mas expõe os pressupostos não analisados (tanto pelo sociólogo do conhecimento

quanto pelo “homem da rua”) que, em última análise, viabilizam o uso cotidiano, irrefletido, das concepções utilizadas pelo “homem da rua” para “construir socialmente a realidade” e pelo sociólogo do conhecimento (tal como preconizado por Bergman e Luckmann) para analisar o processo por meio do qual essa “construção” se faz. Item 2: que concepção o livro introduziu ou desenvolveu? Resposta: como disse no parágrafo anterior, não sei. Para que eu pudesse saber, os autores teriam que ter se aventurado em alguma investigação empírica. Insisto: não sei, da mesma forma que não saberia dizer a que veio a chamada “antropologia interpretativa” se Geertz não tivesse se proposto a interpretar o enigmático (ou pelo menos supostamente enigmático) fascínio dos balineses pela briga de galos e introduzido a noção de “educação sentimental” para oferecer, ou pelo menos tentar oferecer, uma solução para esse enigma (ou suposto enigma). Item 3: dentre as concepções que o livro tenha porventura introduzido ou desenvolvido, qual ou quais abriram algum campo de investigação empírica? Resposta: receio que nenhuma. Há, sem dúvida, todo um campo de investigação empírica referido ao “caráter socialmente construído da realidade” aberto, quer pela etnometodologia, quer pela chamada “sociologia forte do conhecimento”, quer, mesmo, pelo interacionismo simbólico—do qual, a propósito, os autores se declaram tributários—, mas esses campos se abriram à margem da publicação de *A construção social da realidade*. A obra de Garfinkel é anterior, e a de Bloor, embora seja posterior, é tributária do pensamento filosófico de Wittgenstein e da história da ciência de Thomas Kuhn, nada devendo, como já dito, ao esforço de “sistematização teórica” de Berger e Luckmann. O mesmo pode ser dito a respeito do citado artigo de Granovetter sobre a “construção social da corrupção”, do recente artigo sobre a “construção social do fandango” a que me referi anteriormente e do citado livro de Searle. Pouca gente contestaria, em nossos dias, a ideia de que o “conhecimento” é uma “realidade socialmente construída”— e o que Berger e Luckmann entendem por isso não abre muita perspectiva para a pesquisa empírica exatamente por não ser um entendimento diretamente endereçado a um conjunto bem definido de problemas e hipóteses, mas, conforme já visto, à construção de um “raciocínio teórico sistemático”.

Que a perspectiva de Berger e Luckmann não abre muita perspectiva é algo que me parece particularmente claro quando me detenho nos três grandes projetos a que *A construção social da realidade* se dedicou. São eles, segundo os próprios autores:¹⁴ 1) incorporar na “teoria sociológica enquanto tal” as contribuições da sociologia da religião e da sociologia da linguagem; 2) “combinar as posições teóricas de Durkheim e Weber em uma teoria geral da ação social que não perde a lógica interior de nenhuma das duas” e, finalmente; 3) estabelecer

[14] Berger; Luckmann, 2004, p. 243.

uma “psicologia sociológica”, isto é, que “deriva suas perspectivas fundamentais da compreensão sociológica da condição humana”, a partir da ligação já previamente estabelecida entre a “sociologia do conhecimento e o núcleo teórico do pensamento de Mead”.

Essa agenda deixa quatro perguntas sem resposta. 1) Por que é importante incorporar na “teoria sociológica enquanto tal”, o que quer que isso signifique, as contribuições da sociologia da religião e da sociologia da linguagem? 2) Por que é importante “combinar as posições teóricas de Durkheim e Weber”, ou de quem quer que seja, em uma “teoria geral da ação”? 3) Por que, em primeiro lugar, é importante estabelecer alguma “teoria geral da ação”? 4) Qual é o interesse em estabelecer uma “psicologia sociológica”? Não consigo entender que qualquer dessas perguntas possa ser respondida sem referência a algum problema específico demandando solução. Observe-se que nenhum problema é apresentado. Nenhum enigma. Nenhum fenômeno intrigante. Nenhuma criança construindo frases que supostamente requereriam um conhecimento muito maior do próprio idioma. Nenhuma “dormência” no braço sem explicação clínica. Nenhum olho de inseto formado a partir da implantação, em um embrião do inseto, de um gene de olho de mamífero. Nada! Os três projetos acima descritos são, ao fim e ao cabo, ofertas sem demanda. Talvez sejam reveladores da existência de algo como um “estado de espírito” que se apossa dos sociólogos de tempos em tempos impelindo-os a buscar sistemas teóricos unificados que possam servir de marco de referência para a investigação empírica sem ao mesmo tempo impeli-los, também, a considerar que uma busca de tal natureza só faz sentido na medida em que surge em resposta a algum enigma específico demandando solução. Passados cinquenta anos, esse estado de espírito permanece à espreita, o que me faz suspeitar que nós, sociólogos, precisamos conhecer melhor o modo como são construídos os “corpos únicos de raciocínio teórico sistemático” bem-sucedidos antes de tentarmos construir um.

RENAN SPRINGER DE FREITAS é professor titular de sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. É membro do Conselho Editorial da *Philosophy of the Social Sciences*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Berger, Peter L.; Luckmann, Thomas. *The Social Construction of Reality*. Harmondsworth: Penguin, 1966.
- _____. *A construção social da realidade*. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- Corrêa, Joana Ramalho Ortigão. “A construção social do fandango como expressão cultural popular e tema de estudos de folclore”. *Sociologia e Antropologia*, v. 6, n. 2, pp. 407-445, ago. 2016.
- Granovetter, Mark. “A construção social da corrupção”. *Política e Sociedade*, n. 9, pp. 11-37, out. 2006.
- Knoblauch, Hubert. “The Construction of Social Reality. By John R. Searle”. *American Journal of Sociology*, v. 101, n. 5, pp. 1459-1461, mar. 1996.
- Merton, Robert. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1969.
- Simpson, George. “The Social Construction of Reality: A Treatise in the Sociology of Knowledge”. by Peter L. Berger, Thomas Luckmann”. *American Sociological Review*, v. 32, n. 1, pp. 137-138, fev. 1967.

Recebido para publicação
em 12 de novembro de 2016.

Aprovado para publicação
em 9 de março de 2017.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

108, julho 2017

pp. 145-156
